



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO** **ESTADO DE MINAS GERAIS**

### **REQUERIMENTO N° \_\_\_\_/2025**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Visconde do Rio Branco/ MG.

O vereador que este subscreve requer à V. Exa., nos termos do inciso I do art. 69 do Regimento Interno ouvindo o plenário, e se aprovado, seja **solicitado ao Poder Executivo Municipal informações detalhadas sobre a situação do não pagamento das horas extras realizadas pelos servidores da Prefeitura de Visconde do Rio Branco.**

Diante de diversos relatos de servidores municipais, é necessário que o Executivo esclareça:

- 1. A disponibilização de todos os registros de horas extras realizadas por servidores municipais, discriminando as categorias que as executaram, referentes aos anos de 2024 e 2025**
- 2. A comprovação do pagamento de todas as horas extras já realizadas;**
- 3. Caso haja horas extras não pagas, apresentar o ato administrativo que determinou tal decisão, bem como a justificativa legal ou administrativa;**
- 4. A previsão de regularização dos pagamentos de todas as horas extras devidas aos servidores municipais.**

Nestes termos, é o que se requer.

Sala das Sessões Presidente Tancredo de Almeida Neves, 11 de setembro de 2025.

---

**Vereador Guilherme Guimarães de Azevedo (PT)**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO** **ESTADO DE MINAS GERAIS**

### **JUSTIFICATIVA**

Chegaram a este Vereador diversas alegações de servidores municipais informando que, mesmo realizando horas extras em setores essenciais da administração, como saúde, educação, transporte e limpeza urbana, não receberam a devida contraprestação financeira por parte da Prefeitura.

Alguns servidores relatam jornadas extenuantes, muitas vezes sem qualquer previsão de pagamento, comprometendo seu planejamento pessoal e familiar.

Tais relatos indicam que a situação se prolonga há meses, gerando indignação, insegurança e desmotivação entre os trabalhadores, o que pode impactar diretamente a qualidade dos serviços prestados à população. O não pagamento das horas extras caracteriza descumprimento de direitos trabalhistas e falta de transparência na gestão pública.

Diante disso, é papel do Poder Legislativo exigir do Executivo esclarecimentos e providências urgentes, assegurando que os servidores tenham seus direitos reconhecidos e regularizados, com pagamento devido de forma justa e legal.

Sala das Sessões Presidente Tancredo de Almeida Neves, 11 de setembro de 2025.

---

**Vereador Guilherme Guimarães de Azevedo (PT)**